



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Trabalho, Questão Social e Serviço Social

Sub-eixo: Trabalho, questão social e serviço social – fundamentos

QUESTÃO SOCIAL: CONCEITO, EXPRESSÕES E ENFRENTAMENTO EM PERNAMBUCO

MARIA EDUARDA SOUZA ALVES DE MOURA¹

ALINE MARIA VICENTE DA SILVA²

RESUMO

Este trabalho aborda uma análise histórica e o desenvolvimento das expressões da questão social no Estado pernambucano, compreendendo, brevemente, alguns fatores históricos, econômicos, políticos e sociais que contribuíram para o seu desenvolvimento de forma ascendente.

Palavras-chave: Questão Social; Pernambuco; Expressões da Questão Social.

ABSTRACT

This work addresses a historical analysis and the development of the expressions of the social question in the state of Pernambuco, understanding, briefly, some historical, economic, political and social factors that contributed to its upward development.

Keywords: Social Question; Pernambuco; Expressions of the Social Question.

1. INTRODUÇÃO

A expressão “questão social” não compõe o vocabulário marxista e nem é, em especial, propriamente produto da sociedade contemporânea, ou da brasileira. É consenso entre os autores estudados que o fenômeno emerge com o pauperismo no século XIX, na Europa, em meio a ascensão do capitalismo industrial e da intensa urbanização, tendo como fatores determinantes a profunda e ampla precarização da forma de trabalho à época atrelada à relação social antagônica

¹ Universidade Federal de Pernambuco

² Universidade Federal de Pernambuco



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

entre capital-trabalho. Em consonância com Netto (2001, p. 42), o conceito questão social “[...] surge para dar conta do fenômeno mais evidente da história da Europa Ocidental que experimentava os impactos da primeira onda industrializante, [...] trata-se do fenômeno do pauperismo³.”

Portanto, a questão social surge para designar fenômenos associados ao pauperismo de parcelas significativas da população em contradição à acumulação de riquezas por uma minoria dela. Sucessivamente, pode-se afirmar que o fenômeno surgiu e se complexificou historicamente com o desenvolvimento do modo de produção capitalista.

De acordo com Silva (2008, p.29), a questão social no Brasil tem suas raízes fincadas, ainda que de forma latente, no período colonial-escravista, marcada pelos “indícios de uma relação de acumulação, nos moldes capitalistas, baseada na profunda exploração do trabalho escravo”, pelos conflitos e lutas sociais engendradas no interior da sociedade brasileira. Por meio do enfrentamento do escravismo e com uma população largada às margens da sociedade, é no período monárquico que as primeiras manifestações da questão social se apresentam e, conforme Yamamoto (1982), a sua existência, em um primeiro momento, não foi reconhecida pelo Estado sendo amplamente combatida por meio da repressão policial, com o objetivo da busca pela estabilidade e manutenção da ordem vigente. O tardio reconhecimento tem na dinâmica política e econômica sua determinação.

Durante a evolução da república velha e nova, através dos movimentos sociais que buscavam por melhores condições de vida e de trabalho no período industrial, a questão social ganha expressão e legitimidade nas lutas operárias. As “ameaças” às instituições sociais do período, realizadas por meio de protestos e insurgências dos pauperizados, resultaram na denominação de questão social sendo mais apropriada pelo pensamento conservador, que, assim elucidada por Silva e Fagundes (2022, p. 2), “contornava a situação por meio de um ideário reformista e de medidas sociopolíticas de amenização de seus agravantes”.

Assim, é nesse período que temos os primeiros passos que nos levam à construção de um Estado corporativo forte e politicamente centralizado que tinha como objetivo harmonizar os conflitos de classe e para tal, fazia uso do trabalhismo⁴ a fim de conter o movimento operário em

³ Pobreza extrema

⁴ Na definição de Ferreira (2008, p. 64) o trabalhismo foi um período marcado de estratégias políticas com o objetivo de frear os conflitos de classes “mediante uma legislação social e trabalhista opressiva”.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

ascensão que reclamava por melhorias diante do quadro socioeconômico de crise e desemprego. Por meio desta perspectiva, o sociólogo brasileiro Octávio Ianni (1989), defende o reconhecimento da questão social, em sua veracidade, de forma gradual através de alguns setores dominantes, sem que o status quo fosse abalado, podendo ser considerada, nesse momento, como um problema político e, não mais, como caso de polícia.

2. QUESTÃO SOCIAL: afinal, do que se trata?

Se é consenso que Questão Social é um termo impróprio à matriz marxiana e emerge para nominar o fenômeno do pauperismo do século XIX, na Europa ocidental, a pobreza no século XX e de forma globalizada a miséria no atual século XXI, seu conceito carece de explicação e suas expressões de estudos mais aprofundados.

Para contribuir nessas direções consultamos um conjunto de autores que se dedicaram a essa tarefa, num total de 85 obras elencadas e classificadas que apresentamos em síntese o conceito de alguns deles.

Cerqueira Filho (1982), já na década de 1980, analisa o pensamento político brasileiro sobre a questão social - conjunto de problemas sociais, econômicos e políticos de uma dada sociedade e afirma que sua emergência data do surgimento da classe operária que impôs ao mundo moderno - no curso da constituição da sociedade capitalista - um conjunto de problemas políticos, sociais e econômicos.

Podemos afirmar, na verdade, que a questão social brasileira tem na desigualdade econômica, mas também, como afirma Martins (1997), na cultural, moral, simbólica e política, seu núcleo orgânico. É produto de uma estrutura social inerente ao modo de produção e reprodução vigentes, pelos modelos de desenvolvimento que o país experimentou, a saber: escravista, industrial - desenvolvimentista, fordista e taylorista, e o atual de reorganização flexível e financeirizado (Arcoverde, 2008).

Para Pereira (2005), questão social sempre expressou a relação dialética entre estrutura e ação de sujeitos estrategicamente posicionados, mas enfraquecidos atualmente na construção de uma agenda pública, no processo de transformação de necessidades em questões, que ainda não foram suficientemente problematizadas no embate político e transformadas em questão social -



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

“estágio mais avançado, conflituoso e consciente do movimento de reação das classes subalternas à dominação social capitalista” (p.60).

O principal objetivo deste artigo é realizar uma análise de como o desenvolvimento do Estado pernambucano em seus governos mais recentes contribuiu para o crescimento exacerbado de inúmeras expressões da questão social como sua particularidade. Na particularidade pernambucana, consideramos ser relevante a discussão da temática tendo em vista que as expressões da Questão Social contradizem o desempenho econômico e são o principal objeto de intervenção do Serviço Social, além de ser uma categoria privilegiada de análise inerente às competências e atribuições profissionais do Assistente Social, previsto na Lei 8.662/1993, que regulamenta a profissão. Logo, a construção de um texto que realize uma análise sobre determinações do desenvolvimento do estado pernambucano, facilitará a compreensão de como alguns fenômenos evoluíram e expandiram-se rapidamente, corroborando com o aumento da desigualdade e da pobreza, na atualidade.

3. PERNAMBUCO E AS PARTICULARIDADES DA QUESTÃO SOCIAL

Pernambuco faz parte da região Nordeste e compõe os vinte e seis estados brasileiros, além do Distrito Federal. Com base no último censo (2023), Pernambuco é o sétimo estado mais populoso do Brasil, com 9.058.931 habitantes, o que corresponde a aproximadamente 4,46% da população brasileira, distribuídos em 185 municípios. Cerca de 80,2% dos habitantes do estado moram em zonas urbanas. Em densidade demográfica de 92,37 hab./km². O Estado possui cinco mesorregiões (São Francisco, Sertão, Agreste, Zona da Mata, Metropolitana do Recife), as quais se subdividem em mais dezenove microrregiões de organização territorial.

Apesar das suas particularidades, o Estado pernambucano tem como fundamento das manifestações das expressões da questão social a indissociabilidade do tráfico de escravos africanos que vieram para a capitania hereditária com o mesmo nome e para outros estados do Nordeste onde houve florescimento das plantations de cana-de-açúcar, associando latifúndio e coronelismo. As desigualdades regionais presentes nos estados, atualmente, estão fundamentadas pela lei do desenvolvimento desigual e combinado, fruto da produção e

reprodução do modo de produção capitalista. Sobre as desigualdades, Pereira (2020, p. 17-20), afirma que:

As desigualdades regionais não são obra da simples ausência de uma política de desenvolvimento regional ou da má gestão de quem dirige o Estado e o planejamento de suas ações para as regiões, mas compõem a dinâmica própria do padrão de reprodução do capital, de forma especial, nos países dependentes. [...] Um dos motivos principais que fundamentam as desigualdades regionais é a não ruptura da burguesia com o processo latifundiário e seus representantes, bem como os descompassos entre regiões mais avançadas ou atrasadas.

Além da dependência externa brasileira, ocorre a subordinação das regiões menos desenvolvidas industrialmente, especialmente no Nordeste, território que, pelas suas particularidades socioeconômicas, funciona como uma significativa reserva da superpopulação relativa, dotada de força de trabalho não especializada e, portanto, barata. Enfatizando sua capital, as expressões da questão social manifestaram-se, principalmente, com a existência dos Mocambos (moradias insalubres e sem infraestrutura) que serviram de abrigo para inúmeros migrantes que vinham à cidade na tentativa de ganhar a vida nos portos e fábricas têxteis e, também, para famílias que perderam os seus cortiços devido à um processo de revitalização e modernização dos espaços urbanos, no início do século XX. Contudo, de acordo com Gominho, esse “desejo de modernidade não oferecia alternativas de moradias adequadas para a população mais humilde, não havendo incentivos fiscais e políticas públicas efetivas para essa demanda” (Gominho, 2020, p. 35).

Na falta das moradias, os pauperizados construíram mocambos à beira dos rios, mas devido às circunstâncias e ideologias fomentadas no princípio desse século, as precárias condições de vida, principalmente dos operários, poderiam levá-los a simpatizar com ideais anarquistas, comunistas e socialistas, o que seria um “perigo” na visão do Estado, visto que essas condições habitacionais seriam prejudiciais à sua índole. Naquela concepção de organização social, “as causas da imoralidade, desordem e revolta social eram localizadas na habitação insalubre e promíscua” (Gominho, 2020, p. 40). Dessa forma, nos anos 30 do século XX, políticas públicas mais “efetivas começaram a ser providenciadas acompanhadas de fiscalização e criação de órgãos administrativos que tratam dos conflitos entre capital e trabalho, patrões e empregados” (Gominho, 2020, p. 38).

Com efeito, o Estado iniciou a criação de casas populares e, como consequência, iniciou-se o processo de demolição dos mocambos, levando muitos moradores a ocuparem os



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

morros da cidade. Consoante à isso, diante à precarização ou mesmo inexistência do acesso de prevenção e promoção da saúde, naquele determinado momento, essas pessoas encontravam-se em habitações inadequadas e sem saneamento básico, portanto, era comum o índice de mortalidade infantil ser alto, por meio de um processo de desnutrição e/ou pelo contato com algumas doenças comuns da época, como tifo; febre amarela e outras. Todos esses fatores, aliados a implementação da mecanização do campo, que levou à exploração dos trabalhadores sertanejos, bem como a expansão do capital industrial na região Centro-Sul, que implicaram na migração em massa de sua força de trabalho, gestou uma situação crônica de pauperismo extremo, acentuando o caráter contraditório e acirramento da questão social em Pernambuco (Silveira Jr., 2020).

4. A INCIDÊNCIA DAS EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL NO ESTADO DE PERNAMBUCO

Sendo a compreensão sobre questão social desta ser fenômeno inerente ao modo de produção capitalista e reprodução ampliada pela mediação civilizatória voltada aos interesses burgueses, suas expressões são o acirramento e ampliação das desigualdades sociais. O olhar voltado para Pernambuco, retrata a percepção de que no decorrer dos anos o Estado passou por um processo de reestruturação produtiva, gerando e ampliando intensas desigualdades sociais entre as classes sociais, sobretudo as relativas ao capital e ao trabalho dessa sociedade. Com a expansão industrial no território pernambucano, por exemplo, ocorreu a inexistência de políticas públicas capazes de realizar a inclusão e geração de empregos formais, num mercado de trabalho heterogêneo, e que resultaram em uma grande concentração de bens e aumento da precarização do trabalho.

Chaves e Arcoverde (2014), caracterizam a desigualdade social como fundamento da produção da relação entre capital e trabalho, gerando assim, a base da questão social e das privações de direitos, e suas consequências expressas nos âmbitos da educação, profissão, raça, religião e gênero. Nesse viés, pode-se entender a desigualdade social como base do sistema capitalista e da sua reprodução e, em como sua permanência e reprodução na sociedade, provoca o agravamento da questão social em suas múltiplas expressões, que são observadas pela favelização, pobreza, miséria, desemprego, racismo, desnutrição, marginalização, violência, falta de acesso a educação, baixos salários, política fiscal injusta e dificuldade de acesso aos serviços básicos.

Hodiernamente, no território pernambucano, é possível visualizar os impactos gestados pelo processo de desenvolvimento desigual e combinado, conforme tratado em Fernandes (1968) e Pereira (2020), frutos do modo de produção capitalista. Em relação a tal particularidade, é possível analisar a conexão entre a pobreza com as desigualdades sociais e a má distribuição da riqueza social. Com base em uma pesquisa realizada em 2021 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 18,7% da população (1,8 milhão de pessoas) vivia com menos de R\$ 171 por mês, o que automaticamente classifica esse grupo dentro da linha de extrema pobreza, afixando o segundo maior percentual do país, ficando atrás apenas do Estado do Maranhão. O levantamento também apurou que, se essa população não tivesse contato com os programas sociais ou de transferência de renda, estando deles dependentes, 25,5% da população viveria na extrema pobreza e 55% estariam abaixo da linha de pobreza no Estado. Além disso, nesse mesmo ano, Pernambuco foi considerado o terceiro Estado mais desigual do país, (considerando o índice de Gini, em 2019) e o terceiro em termos de desocupação e impactos do desemprego.

Para além, e no contexto pandêmico, houve um significativo crescimento em relação a situação da pobreza, haja vista que o estudo feito pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) demonstrou que nos anos de 2019 a 2021, houve um aumento de 8,14% em Pernambuco, sendo o Estado em que houve maior crescimento da expressão pobreza em 2021, e sua capital sendo a região com mais indivíduos sobrevivendo em condições de extrema pobreza, em 2022.

Conectado à pobreza, uma outra expressão da questão social chama a atenção: o desemprego. Este também esteve e está presente na realidade pernambucana através de diferentes facetas, impactando especialmente as camadas mais vulneráveis dos trabalhadores e da população em geral, sobretudo: jovens, mulheres, trabalhadores informais, e pessoas em situação de rua. A restrita geração de empregos, apesar da economia pujante, e poucas oportunidades de trabalhos formais causam consequências nefastas, devendo estas serem respondidas por meio de políticas públicas de corte social capazes de evitar um reforço ao ciclo de exclusão do mercado de trabalho e produção de desigualdades. Chama a atenção uma consequência em crescimento relacionada ao crescimento de processos de trabalhos desprotegidos, precários, flexíveis, informais, etc. que impactam drasticamente no âmbito da sobrevivência socioeconômica dessa população.

O Estado, de fato, concentrou a maior taxa de desemprego do país, no segundo trimestre de 2023, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apresentando mais de



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

600 mil pernambucanos acima dos 14 anos sem ocupação, representando 14,2% da população dessa idade. A sua capital, Recife, obteve o pior resultado entre as capitais no trimestre anterior, deixando Pernambuco na segunda posição, atrás do Estado da Bahia, com 14,1%. Em abril, maio e junho do mesmo ano, pode-se observar as seguintes classificações das categorias em relação aos números de desempregados: dos 14 aos 17 anos (idades de estágios e programa Jovem Aprendiz): 20 mil desempregados; dos 18 aos 24 anos: 183 mil desempregados; e dos 25 aos 39 anos: 223 mil desempregados. Aos dados some-se a taxa de informalidade que no segundo trimestre de 2023, registrou 48,1%.

Evidente que os dados indicados acima dizem da gravidade das condições de vida da população trabalhadora pernambucana em relação à classe dos ricos da população, com sérias consequências para os primeiros como é visível o crescimento do número de famílias em situação de rua e o caso da fome renitente que deixa nítido o descaso e abandono das famílias de trabalhadores sem garantia da vida que é um direito imensurável. De um modo geral, assim como afirma Josué de Castro (1984), a situação torna-se um alerta em relação à fome no Estado e no Brasil, visto que é resultado de um processo histórico, econômico e social que decorre da injusta distribuição de riquezas (bens e serviços). As expressões da questão social são e permanecem problemas estruturais produzidos pelo sistema capitalista, então reafirmado por Arcoverde (2007): "os problemas econômicos (elevação de preços e crise da agricultura) e sociais (carências e insatisfações), acumulados no tempo, questionam e põem em xeque a capacidade de governos, partidos políticos, movimentos sociais e meios acadêmicos de explicar, diagnosticar e, sobretudo, enfrentar de maneira consistente a questão social que não se limita ao plano da mera eficiência da gestão da coisa pública, ou da crise do Estado Providência, mas que é inerente à própria crise de acumulação" (Arcoverde, 2007, p. 110).

É possível analisar que além de relação de conexão entre as expressões acima elucidadas (desemprego, pobreza, fome), e que resultam na incapacidade de acessar e usufruir de bens e serviços para garantir a vida, em contextos ainda mais complexos como foi o contexto pandêmico, as políticas sociais mostram todas as suas fragilidades e as razões de ser, como as atuais de segurança alimentar e distribuição de renda.

É ilustrativo mencionar que, segundo o Mapa da Nova Pobreza fornecido pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e da Rede PENSSAN (Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar), há mais de 2 milhões de pessoas que encontram-se em situação de fome,

ou seja, em situação de insegurança alimentar, sendo moderada a grave. E mais, registram um considerável aumento de quantitativo no cenário da pandemia, seja: os preços dos alimentos tiveram um aumento de 15% no período e em todo o país.

Em nível nacional, pré contexto pandêmico, no governo de Jair Messias Bolsonaro, a situação de fome e insegurança alimentar já era alarmante, assim como foi demonstrado pela pesquisa “Vozes da Fome”: 10,2 milhões de pessoas encontrava-se em situação de fome em 2018, e que se alastrou até o fim do seu mandato (2022), em contraste com o registro nos anos de 2021 e 2022 demonstrarem uma maior produção de alimentos. Prova de que a produção cresceu, mas foi distribuída de forma desigual.

Além das expressões citadas, também podemos caracterizar a violência, sendo expressa de várias formas. A violência pode ocorrer em vários âmbitos, como familiar, comunidade ou em outros espaços da sociedade, e realizada de várias formas, sendo as mais comuns violência física, psicológica, verbal e sexual. É configurada expressão da questão social, que pode acontecer a todos os gêneros, sexos, raça, etnia, faixa etária, entre outros, embora prevaleça mais sobre mulheres, sobretudo negras, e crianças e adolescentes.

De um modo geral, a violência possui várias facetas e atinge diretamente vários segmentos de classes da sociedade, sobretudo os mais vulneráveis. Uma delas, a violência doméstica, que trata-se de uma violência ocorrida dentro do âmbito do domicílio, possui suas raízes culturais e estruturais na sociedade brasileira, atingindo principalmente mulheres, idosos, crianças e adolescentes. Além disso, a violência contra crianças e adolescentes, no cenário atual brasileiro é uma das principais e históricas expressão da questão social. Alguns dados divulgados pelo Ministério da Saúde, durante os anos de 2015 a 2021, mostra que houve cerca de 200 mil casos de violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil, sendo em sua maioria, crianças de 5 a 9 anos de idade, sobretudo do sexo feminino. Em Pernambuco, no mês de janeiro de 2022, foram registradas 115 denúncias de crimes sexuais contra crianças e adolescentes junto à Secretaria de Defesa Social de Pernambuco.

Ainda mais visível e com existência histórica desde o Brasil colônia é o racismo compreendido como particularidade e expressão da questão social. É válido pontuar que este possui várias formas de expressão e perpassa todas as classes sociais, embora predomine na



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

classe trabalhadora desde o período escravocrata, e venha se configurando a tal ponto que pressionou à regulamentação de crime inafiançável.

Para Silvio Almeida (2019), há três esferas do racismo, sendo estas: individualista, institucional e estrutural, sendo necessário analisá-las de forma interligada. Como se sabe, a formação social do Brasil é fundamentada no escravismo colonial que influenciou, e ainda influencia, as relações sociais até os dias de hoje, de várias formas.

Trazendo alguns dados para iluminar e refletir sobre essa expressão no Estado de Pernambuco, observa-se que as principais expressões da questão social refletem diretamente o racismo, como o desemprego, a violência, a fome, pobreza, entre outros. Nesse sentido, a renda de uma pessoa negra no estado de Pernambuco é 46% menor do que a de uma pessoa branca, segundo a ONG ActionAID, em 2020. Isso ocorre devido ao índice de desemprego ser muito maior entre os negros em comparação com os brancos, segundo o IBGE.

De acordo com alguns dados do Ministério Público de Pernambuco, houve registro de 125 casos de racismo ou injúria racial no estado, fora as subnotificações.. Além disso, no Disque 100 (Serviço de denúncias de violação de direitos humanos do Governo Federal) ocorreu 110 ligações de denúncias de racismo em Pernambuco, sendo os principais relatos dessas denúncias de violência. É comum no cotidiano da população negra pernambucana vivenciar casos de violência, sobretudo, policial, nas periferias do estado, tendo em vista a série de exemplos de jovens negros que são mortos ou agredidos por policiais na Região. Para além dos dados indicados, segundo o Atlas da Violência, a maior taxa de homicídio de mulheres é de mulheres negras e ocorreu em Pernambuco, somente no ano de 2020.

Também é possível observar que a escravidão não foi extinta em 1888, pois diversos trabalhadores de todas as idades e raça ainda vivem em condição e situação análogas à de escravo. Um estudo do Ministério Público do Trabalho de Pernambuco mostrou que no ano de 2020, 89% dos trabalhadores resgatados em situação de escravidão no Estado eram pessoas /trabalhadoras negras. E é comum ler e ver relatos de casos de violência policial contra pessoas negras, sobretudo residentes nas periferias das cidades. Há diversos exemplos de jovens negros mortos ou agredidos por policiais nas principais regiões do estado de Pernambuco. Um estudo do Ministério Público do trabalho de Pernambuco demonstrou que em 2020, 89% dos trabalhadores que foram resgatados em situação análoga a de um escravo no estado, eram negros.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

No âmbito da saúde, também alinhada e interligada às já mencionadas expressões da questão social forjadas nas desigualdades sociais, propriedade privada e trabalho constrangido, é possível encontrar suas problemáticas em relação ao seu acesso. Como consequência do desemprego e trabalho informal, segundo algumas pesquisas realizadas através de patrocínios da Organização Mundial de Saúde (OMS), essas consequências estão vinculadas à uma maior incidência de doenças, fazendo com que a mortalidade seja consideravelmente maior entre os trabalhadores informais/temporários, em comparação com os trabalhadores estáveis e, ou protegidos/fixos (CDSH, 2008, p. 72). Os rebatimentos causados pela dinâmica capitalista e governos ultra conservadores em cenário adverso e de desmonte de políticas de saúde como é o caso do SUS fragilizam o usufruto dos serviços e do direito à saúde, tanto em seu âmbito privado, como e principalmente no setor público em desmonte. A destruição do SUS, as restrições das políticas de assistência social e o congelamento do investimento em políticas sociais, como é o caso da Emenda Constitucional n.95 de 2016 da mediação civilizatória vem implicando em consequências desastrosas e nefastas para os trabalhadores com e sem trabalho.

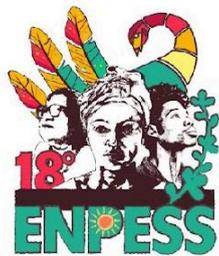
Ressalta-se maior dificuldade de acesso à serviços de saúde pública, pois, segundo o IBGE, cerca de 71,5% da população brasileira não possuem planos de saúde, ou seja, apenas 28,5% tiveram, somente até 2019. Dessa forma, a maior parte da população brasileira é dependente do Sistema Único de Saúde (SUS), que também possui suas falhas.

Em Pernambuco, segundo a Secretaria Estadual do Estado, cerca de 7,5 milhões da população depende do SUS, que apresenta estruturas e recursos humanos insuficientes para atender à alta demanda dos usuários, gerando uma demanda reprimida.

5. ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE RESPOSTAS PÚBLICAS À EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL EM PERNAMBUCO DE 2016/2022

Ao nos referirmos sobre respostas públicas às expressões da questão social, queremos dizer da agenda pública do Estado e/ou seus entes federativos e de sua intervenção para dar conta dos indicadores sociais que o pressionam. Salientamos dentre as expressões que recepcionam a ação pública por meio de Programas Sociais a pobreza, desigualdade e trabalho.

O Estado, majoritariamente, responde a esse fenômeno por meio da criação de políticas, programas e projetos que, em sua maioria, vão atuar orientados pela interpretação que recebem e está contida no projeto societário vigente. Tais respostas, sobretudo as tipo salários indiretos



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

devolvem minimamente, o poder de consumo aos trabalhadores, tornando as políticas sociais no Brasil com uma característica dual - apesar de representarem uma conquista da classe trabalhadora, servem como uma forma de controle e manutenção, pelo Estado, do status quo, freando lutas e manifestações sociais em prol dos mínimos sociais (Behring e Boschetti, 2017), já que não possuem potencial de superação do fenômeno.. Quando nos referimos às políticas sociais, estamos dialogando sobre como são garantidos os direitos fundamentais e sociais consensuados e como o Estado é configurado como o principal responsável por essa garantia e efetivação do bem-estar social.

De acordo com Araújo (2022), não se refere apenas a um direito assegurado pela constituição, mas também é uma responsabilidade estatal criar políticas públicas capazes de efetivar a garantia dos direitos regulamentados de forma plena e satisfatória, visto que estão relacionadas, primordialmente, com a dignidade da pessoa humana e no combate às formas multifacetadas das expressões da questão social, como no caso da pobreza, do desemprego e da desigualdade social.

Nessa direção, alguns programas em nível estadual desenvolvem a Política de Assistência Social criados pelo governo de 2016 a 2022 como uma particularidade local, mas que apenas atenuaram as expressões da questão social para as quais se constituíram em respostas restritas. Abaixo, no quadro 1, caracterizamos seis programas.

Quadro 1: PROGRAMAS DE ENFRENTAMENTO ÀS EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL EM PE

PROGRAMAS/ LEGISLAÇÃO	SECRETARIA RESPONSÁVEL	OBJETIVOS	PÚBLICO ALVO
PE Conduz, Lei Estadual nº 14.218 / 2010	Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude (SDSCJ)	Disponibilizar veículos adaptados e acessíveis para o transporte confortável e seguro de pessoas com deficiência que apresenta severo comprometimento da mobilidade e sem condição de se locomover com autonomia nos demais meios de transportes coletivos.	Pessoas com deficiência com dificuldade de locomoção, de todos os municípios de Pernambuco.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

<p>Leite de Todos, Lei nº 10.696 / Decreto nº 4.772/ 2003</p>	<p>Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária (SARA)</p>	<p>Realizar a distribuição diária de 1 (um) litro de leite por dia para cada gestante (que estejam fazendo o pré-natal), para nutrízes e/ou crianças (com vacinação em dia) entre 6 (seis) meses e 6 (seis) anos, além da inclusão de pequenos pecuaristas na produção de laticínio.</p>	<p>Gestantes, nutrízes e/ou crianças entre 6 (seis) meses e 6 (seis) anos de idade</p>
<p>Cozinha Comunitária, Lei nº 11.346/2006</p>	<p>Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN)</p>	<p>Garantir o acesso a uma refeição saudável para pessoas que estão em situação de vulnerabilidade social e de insegurança alimentar e nutricional que sejam prioritariamente assistidas pelo Centro de Referência da Assistência Social (CRAS).</p>	<p>Grupos sociais vulneráveis à fome, como trabalhadores de baixa renda, idosos, desempregados e/ou situados abaixo da linha de pobreza.</p>
<p>Crédito Popular, Lei Municipal nº 18.785 e Lei no 18.092/ 2021</p>	<p>Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação (SDECTI)</p>	<p>Funciona como linha de microcrédito que concede empréstimos de caráter social no valor de até R\$ 3.000,00 (três mil reais) com taxa de juros reduzida, para pequenos empreendedores, formais ou informais, a microempresas e organizações coletivas de caráter solidário de pequeno porte, priorizando o acesso ao crédito para determinado grupos sociais</p>	<p>Pequenos empreendedores, microempresas e organizações, priorizando mulheres, jovens entre 18 e 29 anos, pessoas com deficiência e pretos e pardos.</p>
<p>Projeto Rescate Cidadania para Catadores e Catadoras, Lei nº 14.410/ 2011</p>	<p>Secretaria do Trabalho, Emprego e Qualificação (SETEQ)</p>	<p>Fortalece o trabalho dos catadores e das catadoras por meio de cursos de capacitação e entrega de kit's de coleta que os auxiliam a realizar suas atividades de forma mais segura, evitando o contato direto com os materiais coletados e a exposição solar. Também atua no fortalecimento dos empreendimentos de economia solidária e nas redes e cooperativas de catadores e catadoras de materiais recicláveis abrangendo a Região Metropolitana do Recife e a Zona da Mata Norte.</p>	<p>Catadores e Catadoras e microempreendedores.</p>



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Programa de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho (ACESSUAS Trabalho), Resolução nº 18/2012	Secretaria da Assistência Social	Promover a integração dos beneficiários do Programa ao mundo do trabalho por meio de atividades que visam desde a “sensibilização de usuários, o desenvolvimento de habilidades e orientação para o mundo do trabalho, [até] o mapeamento de oportunidades e o monitoramento do percurso do usuário” (Resolução CNAS/MC nº 49, 2021).	Pessoas em situação de vulnerabilidade e/ou risco social, com idade de 14 (quatorze) a 64 (sessenta e quatro) anos, inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico.
--	---	--	--

Fonte: Elaboração própria, ARCUS 2024.

Dentre os seis Programas, e a título de exemplo, o *PE Conduz* que, tem como objetivo atender pessoas com deficiência física e de baixa renda, e com dificuldade de locomoção severa, ou seja, sem condições de mobilidade e acessibilidade autônoma para acessar aos meios de transportes coletivos devem estar cadastrados no CadÚnico. O número de usuários depende do número de veículos, além de variar em momentos de crise, como a da covid-19, onde tornou-se extremamente seletivo, isto é: contemplou apenas os usuários do tratamento de hemodiálise. Esse movimento persistiu por meses, sem nenhum prazo de retorno por parte da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social, da Criança e Juventude de Pernambuco, prejudicando uma parcela significativa do seu público alvo.

Outro exemplo é o *Programa Leite de Todos*, que comprova a sua seletividade por meio da escolha do seu público-alvo. Um programa voltado para o combate à fome, têm como objetivo realizar a distribuição diária de 1 (um) litro de leite por dia para cada gestante (que esteja realizando o pré-natal), para nutrizes e ou crianças (com a vacinação em dia) entre 6 meses e 6 anos, sendo apenas um beneficiário por casa. Além desses critérios, há a especificação de renda per capita de até meio salário mínimo por família e de residência no raio de até 2km do ponto de recepção e de distribuição do leite.

No primeiro Programa, o acesso é restrito por ser determinado pela capacidade do veículo e em tempos de crise por gravidade da demanda por doenças. No segundo programa, além de seletivo, está baseado numa concepção equivocada de fome, pois um litro de leite por família não



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

a supera. A seletividade do público alvo dos dois Programas e a fragmentação de ambos os tornam restritos e dificultam, a contrário senso, o acesso daqueles que os demandam.

6. NOTAS CONCLUSIVAS

A questão social surgiu durante o século XIX, na Europa, com a finalidade de nominar o fenômeno do pauperismo, resultante da relação capital-trabalho do modo de produção capitalista, com o passar dos anos e do desenvolvimento do modelo e suas complexidades, a questão social se expressou, até a contemporaneidade, a partir de várias facetas. No Brasil, teve início de forma latente no período colonial escravista, ganhando destaque a partir da intensificação dos movimentos e lutas sociais, durante a república velha e nova, o que resultou, devido aos pensamentos conservadores, na construção de um Estado forte e centralizado.

Apesar do conceito *questão social* ter emergido na Europa do século XIX, identificamos com o levantamento dos textos e dados mencionados no decorrer desta pesquisa, que o estudo da definição começou de forma tardia e ainda carece de explicações e suas expressões de estudos mais aprofundados. Ainda, os autores contemporâneos que trabalham o conceito e definição têm como inspiração os chamados autores clássicos, como: Pastorini; Netto; Yamamoto, dentre outros.

Com o recorte do estado pernambucano, compreendemos a ocorrência do desenvolvimento das expressões no Estado e algumas medidas de enfrentamento utilizadas para mitigá-las. A partir do levantamento dos Programas de enfrentamento às expressões da Questão Social no estado, tais como: o PE Conduz; Leite de Todos; Cozinha Comunitária; Crédito Popular; Projeto Rescate Cidadania para Catadores e Catadoras; ACESSUAS Trabalho, concluímos alguns resultados acerca dos objetivos e execução destes programas. Nesse sentido, apesar de objetivar a mitigação das expressões da Questão Social em Pernambuco, os programas citados possuem seletividade nos seus requisitos, fazendo com que o acesso a estes seja fragmentado, além de possuírem conceitos duvidosos sobre as expressões, não analisando a realidade em sua totalidade.

Portanto, concluímos que estes programas apresentam objetivos e resultados paliativos, tendo em vista que, para serem definitivos, haveria que ocorrer mudanças na ordem vigente. Por fim, como supracitado, com o desenvolvimento do capitalismo e a punção cada vez maior do



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

fundo público, os programas e políticas sociais têm perdido o seu financiamento para o capital financeiro tornando-se subfinanciadas. Dessa forma, a política de Assistência Social devido ao pouco respaldo, vem se tornando cada vez mais fragmentada, o que interfere diretamente no funcionamento qualitativo dos Programas Sociais de enfrentamento das expressões da Questão Social.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Sílvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?**. Belo Horizonte: Letramento, 2018.

ARCOVERDE, Ana Cristina Brito. **SERVIÇO SOCIAL E QUESTÃO SOCIAL NA GLOBALIZAÇÃO**. Serviço Social & Realidade. França :v. 17, n. 1, p. 102-124, 2008.

BEHRING, Elaine; BOSCHETTI, Ivanete. Política Social: Fundamentos e História. São Paulo: Cortez Editora, 2017.

CHAVES, Helena Lúcia Augusto. ARCOVERDE, Ana Cristina Brito. **Desigualdades e privação de direitos na sociabilidade capitalista e suas expressões no Brasil**. Serv. Soc. Soc., São Paulo: n. 141, 2021.

IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul de. Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. Cortez Editora, 1982.

IANNI, Octávio. A Questão Social. *Revista USP*, vol. 3, p. 145- 154, 1989.

NETTO, José Paulo. Cinco Notas a Propósito da “Questão Social”. **Temporalis**/Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Brasília, v. 2, n. 3, p. 41-51, jan./jul. 2001.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez Editora, 2017.

Pobreza e extrema pobreza batem recorde em Pernambuco: 1,8 milhão de pessoas vivem com menos de R\$ 171 por mês. **G1 (globo)**, 03 dez. 2022. Primeira Página. Disponível em: [Pobreza e extrema pobreza batem recorde em Pernambuco: 1,8 milhão de pessoas vivem com menos de R\\$ 171 por mês | Pernambuco | G1 \(globo.com\)](#) . Acesso em: 20 jun. 2024.

PEREIRA, Evelyne Medeiros. **Serviço Social em Pernambuco: primeiras décadas da formação e atuação profissional**. In: Silveira Jr., Adilson Aquino. “EXISTIRMOS – A QUE SERÁ QUE SE DESTINA?” A questão regional e o Nordeste na formação social brasileira. Curitiba: CRV, 2020. p. 15 - 32.

SILVA, Ivone Maria Ferreira da. Questão Social e serviço social no Brasil: fundamentos sociohistóricos. Cuiabá: EdUFMT, 2008. 202 p.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

SILVA, Sandra Regina Vaz da; Fagundes, Gustavo. Clóvis Moura e a questão social no Brasil.

Katálysis, Florianópolis, v. 25, n. 2, p. 222 - 231, maio-ago. 2022

Silveira Jr., Adilson Aquino. **Serviço Social em Pernambuco: primeiras décadas da formação e atuação profissional**. Curitiba: CRV, 2020. 206 p.